lorização determinada nos termos do § 2.º do artigo 63.º do decreto n.º 12:425, de 26 de Outubro de 1926, o tempo de serviço que hajam prestado no grupo a que concorrem.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Alfredo Mendes de Magalhães.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral do Ensino e Fomento

Decreto n.º 15:262

Tendo a Junta de Fomento Agrícola vendido por 20.000\$ a João Josino da Costa, de Portimão, nos termos do artigo 11.º do decreto n.º 10:553, de 14 de Fevereiro de 1925, um prédio rústico que possuía na freguesia de S. Sebastião, do concelho de Lagos; mas

Considerando que depois de fechadas as respectivas negociações entre as partes contratantes chegaram a este Ministério reclamações, oferecendo-se maior importância do que a fixada pela actual comissão permanente de avaliação do mesmo concelho de Lagos, preço por que foi alienado o prédio em referência;

Dispondo o § 2.º do artigo 13.º do já citado decreto n.º 10:553 que se recorrerá à hasta pública sempre que

haja mais do que um concorrente, que neste caso só apareceram depois de fechadas as negociações;

Considerando que a referida venda é condicionada no cumprimento, por parte do adquirente, de determinadas cláusulas tendentes a garantir uma melhor exploração agrícola; e

Tornando-se necessário melhor acautelar os interesses do Estado;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros da Justiça, Finanças e Agricultura:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º É revogada a portaria de 25 de Fevereiro último, publicada pelo Ministério da Agricultura no *Diário do Governo* n.º 56, 2.ª série, de 10 do corrente, e considerados nulos e de nenhum efeito todos os actos e contratos que da mesma portaria derivaram.

Art. 2.º A Junta do Fomento Agrícola promoverá a venda em hasta pública do prédio rústico que possui na freguesia de S. Sebastião, do concelho de Lagos, inscrito na respectiva matriz predial sob n.º 1:105 e registado na Conservatória do Registo Predial da mesma comarca sob número 8:549 do liv. B, fl. 117 v, com a base de licitação de 30.000\$, maior oferta já tomada firme por um pretendente ao mesmo prédio.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros da Justiça, Finanças e Agricultura assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 27 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Manuel Rodrigues Júnior — Artur Ivens Ferraz — Felisberto Alves Pedrosa.*